



ECOMUSEU URBANO: CANTEIRO DE OBRAS

URBAN ECOMUSEUM: CONSTRUCTION SITE

Cláudia Vicari Zanatta¹
UFRGS
Associado/a/e ANPAP: sim

Oswaldo (Vado) Vergara Borges²
UFRGS
Associado/a/e ANPAP: não

RESUMO

No artigo, a partir da ação poética chamada *Vingar | Eugenia uniflora* realizada pelo Ecomuseu Urbano no jardim de um instituto cultural privado, observaremos a cidade contemporânea em que vivemos, tendo presente a memória de que Porto Alegre, no final de 1980, vivenciou uma experiência de democracia direta conhecida como Orçamento Participativo (OP). Também examinaremos, a partir de um texto da historiadora portuguesa Marta Traquino, os trabalhos *Wheatfield – A Confrontation*, realizado em Nova York, em 1982 pela artista Agnes Denes e sua reativação em Milão, em 2015. Na argumentação do artigo são fundamentais as reflexões de Henri Lefebvre e David Harvey sobre o Direito à Cidade, as quais nos levam a perguntar sobre nosso processo em arte pública em relação à Porto Alegre atual, na perspectiva de Cidade como Negócio.

Palavras-Chave: Ecomuseu Urbano. Direito à Cidade. Canteiro de Obras. Arte Pública. Orçamento Participativo.

ABSTRACT

In the article, based on the poetic action called Vingar | Eugenia uniflora carried out by the Urban Ecomuseum in the garden of a private cultural institute, we will observe the contemporary city in which we live, bearing in mind the memory that Porto Alegre, at the end of the 1980s, experienced an experiment in direct democracy known as the Orçamento Participativo (OP). We will also examine, based on a text by Portuguese historian Marta Traquino, the work Wheatfield - A Confrontation, carried out in New York in 1982 by artist Agnes Denes and its reactivation in Milan in 2015. Fundamental to the article's argument are Henri Lefebvre and David Harvey's reflections on the Right to the City, which lead us to ask about our public art process in relation to Porto Alegre today, from the perspective of the City as Business.

KEYWORDS: Urban Ecomuseum. Right to the City. Construction sites. Public Art. Participatory Budgeting.



Introdução

A proposição poética do Ecomuseu Urbano³ intitulada *Vingar | Eugenia uniflora*, realizada na Remanso - Instituto Cultural, em 2024, como parte da exposição inaugural do instituto, denominada Canteiro de Obras #14, em Porto Alegre/RS, surge como uma fagulha do pensamento para essa escrita. Em *Vingar | Eugenia uniflora* o Ecomuseu Urbano participou realizando seu procedimento poético O Ato de Implantar⁵ (Imagem 1), inserindo no jardim do espaço cultural uma pitangueira (*Eugenia uniflora*) junto a um pássaro morto encontrado em uma caminhada pela cidade de Porto Alegre.



Imagem 1. *Vingar | Eugenia uniflora*. Porto Alegre, 2024. Créditos: Acervo Ecomuseu Urbano.

Nesse artigo, observaremos a cidade contemporânea em que vivemos, tendo presente a memória de que Porto Alegre, no final de 1980, criou e vivenciou uma experiência de democracia direta conhecida como Orçamento Participativo (OP). Também examinaremos, a partir de um texto da historiadora portuguesa Marta



Traquino, um trabalho da artista estadunidense Agnes Denes, realizado em 1982 em Nova York e, posteriormente reativado em Milão, em 2015, pois sua relação com processos de urbanização em tais cidades permitirá observar nossa ação poética.

Em 2024, em *Vingar | Eugenia uniflora*, o título da exposição Canteiro de Obras #1 nos levou a considerar a própria cidade como canteiro de obras, posto que esta situação aparentemente de passagem, efêmera, se tornou a condição permanente dos processos de urbanização de muitas metrópoles contemporâneas, entre elas Porto Alegre. Olhando para as dinâmicas que atualmente se desenvolvem na cidade, ancorados na memória do que ela já foi através do Orçamento Participativo (doravante neste texto indicado como OP) e, considerando a larga tradição do pensamento vinculado à noção de Direito à Cidade (Lefebvre, 2001; Harvey, 2012), indagamos qual canteiro de obras estamos elaborando em meio a um processo de suposta requalificação do espaço urbano?

Memória do Direito à Cidade à Cidade como Negócio

Henri Lefebvre, filósofo e sociólogo francês, indica na apresentação do seu livro *O Direito à Cidade*, de 1968, que na modernidade a cidade assumiu um papel de grande laboratório, sendo o fenômeno urbano algo desconcertante para a reflexão teórica, ação prática e imaginação (Lefebvre, 2001). Para Lefebvre, o direito à cidade “significa o direito dos cidadãos-citadinos e dos grupos que eles constituem (sobre a base das relações sociais) de figurar sobre todas as redes e circuitos de comunicação, de informação, de trocas.” (Lefebvre, 2016, p.33). Tal entendimento foi referência importante em Porto Alegre para a construção de políticas vinculadas à criação do OP, uma experiência de democracia direta, na qual a população da cidade, em assembleias divididas por zonas, delibera sobre a aplicação do orçamento municipal em investimentos públicos. Olhando pela perspectiva apontada por Lefebvre referente ao direito à cidade, observamos que a representatividade gerada pelo OP a partir de consultas em assembleias em que a/o cidadã/o era a/o principal agente na definição e decisão das demandas mais urgentes para a sua própria região, determinou diretamente o modelo de cidade na qual a população desejava viver. Em vários momentos do OP, o orçamento municipal, por decisão



popular, foi direcionado prioritariamente a obras de saneamento básico, construção de moradias populares, qualificação da rede municipal de ensino, mobilidade e saúde.

Atualmente a consulta popular através do OP sobre o direcionamento dos recursos públicos ainda se mantém em Porto Alegre, mas observamos que suas pautas se modificaram, bem como os recursos canalizados para esse orçamento; em 2024, por exemplo, desde a sua criação, foi destinado o menor valor de orçamento para a moradia social⁶. Observa-se também que, nos últimos anos, se intensificaram as concessões para administração compartilhada da cidade entre prefeitura e empresas, com as parcerias público-privadas passando a ter protagonismo na definição, organização e gestão do espaço urbano de Porto Alegre.



Imagem 2. Projeto Revitalização Quadrilátero Central, 2022. Design: Zero Hora.



Em 9 de maio de 2022, se inicia um projeto de revitalização do Quadrilátero Central de Porto Alegre (Imagem 2), chamado pela Prefeitura Municipal de Programa de Reabilitação do Centro Histórico, começando as obras pela implementação de um canteiro de obras na Av. Borges de Medeiros, na Esquina Democrática de Porto Alegre (Imagem 3), local de extrema importância de manifestação popular na cidade. Tais obras de revitalização e urbanização se propõe a reconfigurar a área central que compreende o perímetro urbano por trechos de nove vias⁷.

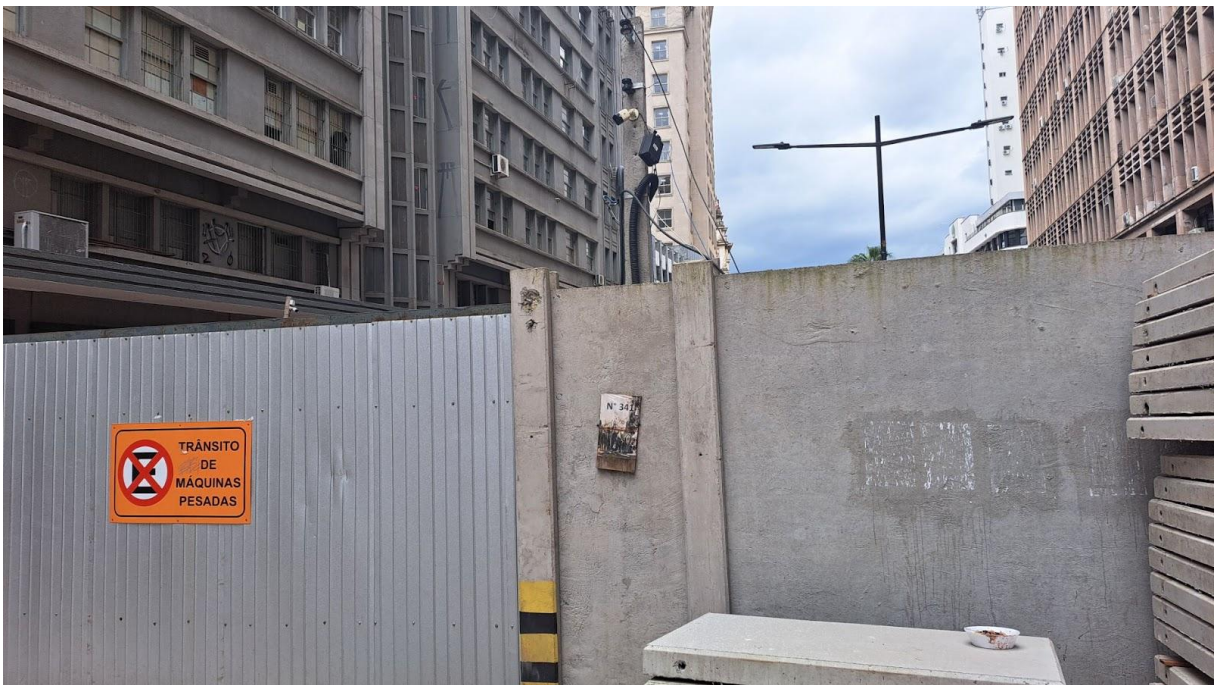


Imagem 3. Canteiro de Obras. Porto Alegre, 2024. Créditos: Acervo Ecomuseu Urbano.

Anterior à fase inicial do projeto, em 2021, se previa radicais modificações no Plano Diretor da cidade através da flexibilização de leis, mediante análise “caso a caso”⁸ de propostas que faziam parte de um planejamento específico do Centro Histórico como forma de estimular a economia, melhorar vias e áreas públicas aumentando a densidade populacional propiciada mediante contrapartida via investimentos imobiliários⁹. Ao longo de décadas, o Plano Diretor da cidade vem sendo modificado e, atualmente, permite a construção de edificações de até 130m em algumas áreas do Centro Histórico¹⁰.



Em Porto Alegre, as flexibilizações da lei que vem alterando o Plano Diretor permitindo o licenciamento de terreno para empreendimentos que promovem a verticalização urbana, pontuam a tônica da dinâmica da cidade atual (ou parte dela) destinando os recursos municipais para obras de “requalificação” de determinadas áreas, em detrimento de outras. Ao caminhar por essa Porto Alegre, passando por locais resultantes da herança do OP e por terrenos licenciados para novas construções imobiliárias que fomentam a especulação do espaço, retomamos a noção de Lefebvre sobre o direito à cidade a partir do livro *Cidades Rebeldes: do Direito à Cidade à Revolução Urbana*, no qual David Harvey aponta que:

O direito à cidade é um significante vazio. Tudo depende de quem vai lhe conferir significado. Os financistas e empreiteiros podem reivindicá-lo, e tem todo direito a fazê-lo. Mas o sem teto e os *sans-papiers* também o podem. Inevitavelmente temos de enfrentar a questão de quem está sendo identificado, e, ao mesmo tempo, reconhecer como Marx afirma n’O Capital, que ‘entre direitos iguais o que decide é a força’. (Harvey, 2012, p. 20)

Harvey, ao olhar para cidades que passaram por processos radicais de urbanização e reconstrução (destruição criativa, como o autor denomina) como Paris e Nova York afirma que o direito à cidade é ditado pelos interesses privados no intuito de fomentar negócios e turismo. O autor também indica que:

[...] a urbanização desempenhou um papel crucial na absorção de excedentes de capital, e que o tem feito em escala geográfica cada vez maior, mas ao preço de processos fluorescentes de destruição criativa que implicam a desapropriação das massas urbanas de todo e qualquer direito à cidade (Harvey, 2012, p.59)

A partir dos excedentes de capital, já em 1968, Lefebvre chamava a atenção para o fato de que seriam os “promotores de vendas” - os empreendedores - que definiriam um urbanismo a partir da ideologia de felicidade vinculada ao consumo:

O fato novo, recente, é que eles não vendem mais uma moradia ou um imóvel, mas sim *urbanismo*. Com ou sem ideologia o urbanismo torna-se valor de troca. O projeto dos promotores de vendas se apresenta como ocasião e local privilegiados: lugar de felicidade numa vida cotidiana miraculosa e maravilhosamente transformada. [...] A sociedade de consumo traduz-se em ordens: ordem de seus elementos no terreno, ordem de ser feliz. (Lefebvre, 2001, p.32)



Não seria qualquer forma de “melhorar a vida ao requalificar o espaço urbano” e a busca incessante de felicidade - “boa vida” através do consumo - uma forma de tornar as pessoas um utilitário passível de ser especulado e adequado às normas do mercado? Quem tem direito à cidade e a quais pessoas esse urbanismo está à serviço?

Canteiro de Obras: *Wheatfield - A Confrontation e Vingar*

O Ecomuseu Urbano a convite da Remanso, implantou o trabalho *Vingar* | *Eugenia uniflora* na exposição cujo título Canteiro de Obras #1 foi dado:

Quando Elida Tessler, artista contemporânea gaúcha, visitou pela primeira vez a Remanso ainda em seus estágios intermediários de revitalização e reforma, ao ser apresentada ao jardim do instituto como um literal ‘canteiro de obras’... prontamente parou, fitou o jardim e repetiu com calma, fazendo uma escansão: "canteiro de obras". (Mautone; Leon; Ferreira, 2024, sp).

O Ato de Implantar, nosso procedimento poético que, nesta ação envolveu plantar uma pitangueira junto a um pássaro morto (Imagem 4), foi realizado no espaço de jardim onde se localizava o canteiro de obras do Instituto, passando a compor uma espécie de acervo vivo da instituição, ligado a ações de plantios realizadas anteriormente pelo Ecomuseu Urbano em outros locais da cidade. Foi a primeira vez que *Vingar* foi implantado em um jardim de uma instituição privada.



Imagem 4. Vingar | *Eugenia uniflora*. Porto Alegre, 2024. Créditos: Acervo Ecomuseu Urbano.

Em 2025, ao observar Porto Alegre em contínuas obras de “requalificação do centro da cidade”, tendo participado da exposição Canteiro de Obras #1 a partir de nossa prática artística implantada até então no espaço público, após a termos inserido no contexto privado do jardim, na medida em que voltamos para o espaço público para realizar a mesma ação, nos perguntamos como pensar de modo crítico sobre qual o papel dos processos artísticos em arte pública na construção da ideia de uma cidade que trataria o espaço público como privado?

Para observar as relações entre nosso trabalho, arte pública e modificações do espaço urbano enfocamos aqui o texto da pesquisadora Marta Traquino sobre o trabalho *Wheatfield - A Confrontation*, da artista estadunidense Agnes Denes, realizado em 1982, Nova York, no qual a artista, juntamente com voluntários plantou manualmente e cultivou ao longo de 4 meses um campo de trigo em um aterro de cerca de 0,8 hectares, perto do World Trade Center. A fotografia icônica da obra



(Imagem 5) traz Denes em meio ao campo de trigo, tendo ao fundo a imagem dos arranha-céus de Wall Street, centro econômico de Nova York.



Imagem 5. *Wheatfield – A Confrontation*. Nova York, 1982. Créditos: Agnes Denes

Em seu texto, Traquino analisa diferentes contextos temporais do trabalho, pois a obra foi reativada em 2015 em uma área de 5 hectares, no bairro de Porta Nuova, em Milão, suprimindo o subtítulo - *A Confrontation* -, sendo denominada somente como *Wheatfield* (Imagem 6). Se no contexto original este trabalho foi considerado um marco da arte relacionada à ecologia, no contexto milanês, em 2015, ele se insere como espetáculo em um grande projeto de renovação urbana.

Em 2015, Denes recebeu o convite para a sua 'reactivação' em Porta Nuova, o novo distrito financeiro de Milão, integrada num programa local de atividades de 'agricultura urbana' promovido pela Fondazione Riccardo Catella, fundação cultural que faz parte da Hines Itália, a líder da gestão, do desenvolvimento e do investimento imobiliário no referido processo de gentrificação. (Traquino, 2017, p. 3).



Imagem 6. *Wheatfield*. Milão, 2015. Créditos: Agostino Osio

Marta Traquino, ao comparar a obra de Agnes Denes nas duas cidades - Nova York e Milão -, indica que em Nova York, a artista realiza seu trabalho previamente limpando e plantando no terreno antes da especulação imobiliária na área em que a ação ocorreu, enquanto que, em Milão, Denes insere a obra como parte de um projeto urbanístico em acelerado processo de desenvolvimento: “No primeiro caso, a obra apropriou-se temporariamente da cidade (antes de começar a construção de complexos de luxo no local), no segundo caso, a obra foi estrategicamente apropriada por um abrasivo processo de gentrificação na cidade já na fase final.” (Traquino, 2017, p. 12). Em Porta Nuova, antes do trabalho de Denes ser reativado no bairro, foram edificadas duas obras arquitetônicas no local: a Torre Unicredit, sede do maior banco do país em ativos, considerado o edifício mais alto da Itália, com 231 metros e o *Bosco Verticale*, um complexo de dois arranha-céus residenciais de 110 e 76 metros.



Retomando o contexto de Porto Alegre e a nossa prática em arte pública, olhando para a cidade em que residimos, cuja lógica de funcionamento atualmente reforça interesses privados e, considerando-se que a arte, entre diversos outros fatores, faz parte desse processo como vimos em *Wheatfield*, não seriam essas proposições em arte pública agentes potencializadores que tensionam os limites da noção de público e privado, adequados à lógica do uso do espaço na operação da cidade como negócio? Na cidade como negócio, plantar um campo de trigo ou plantar uma árvore não seria uma forma de positivar um urbanismo de consumo que erradica qualquer aspecto entendido como negativo ao seu processo quando não favorece a especulação de uma área?

Cidades como Negócio: *Wheatfield* e *Eugenia uniflora* - algumas considerações finais

O direito à cidade significa, portanto, a constituição ou reconstituição de uma unidade espaço temporal, de uma reunião, no lugar de uma fragmentação. Ele não elimina os confrontos e as lutas. (Lefebvre, 2016, p.34)

Segundo David Harvey, o Orçamento Participativo, desde seu surgimento, tem inspirado muitas pessoas a buscar algum tipo de resposta a um capitalismo neoliberalizante que vem intensificando sua agressão às qualidades de vida cotidiana desde os primeiros anos da década de 1990 (Harvey, 2012). Considerando a larga tradição do pensamento vinculado à noção de Direito à Cidade, ao indagar qual o canteiro de obras estamos elaborando na cidade em meio a um processo de urbanização, observamos que a Porto Alegre que criou o OP, atualmente pauta sua ideia de cidade por um modelo de negócios no qual a inovação e a especulação imobiliária imperam. Como passamos dessa perspectiva coletiva que propunha a escolha de uma cidade pelos seus cidadãos em assembleia que produziu a construção de moradias populares, para uma ideia de cidade que embala cidadãos como clientes em uma perspectiva individualista que propõe qualificar o espaço para trazer a boa vida - a felicidade supostamente acessível a todos dependendo do esforço do indivíduo - materializada na permissão para a construção de um bairro privado de luxo?¹¹



Através das diversas tendências esboça-se uma *estratégia global* (isto é, um sistema unitário e um urbanismo já total). Uns farão já entrar para a prática e concretizarão a sociedade de consumo dirigida. Construirão não apenas centros comerciais como também centros de consumo renovados: a cidade renovada. Imporão, tornando-a 'legível' uma ideologia da felicidade através do consumo, a alegria através do urbanismo a sua nova missão (Lefebvre, 2001, p.32)

Alinhada à presença desta estratégia global da sociedade de consumo à qual se refere, Lefebvre pergunta também por que o imaginário acarretaria fatos fora do real, em lugar de fecundar a realidade. E responde que “quando o pensamento se perde *no e pelo imaginário* é porque esse imaginário seria manipulado” (Lefebvre, 2001, p.127). Tal imaginário pode ser manipulado de inúmeros modos, seja na ideia de uma proposição de felicidade acessível a todos ou, como citado anteriormente, na supressão do subtítulo *A Confrontation* do trabalho de Denes, quando reativado em Milão. Tal supressão não é de pouca relevância ao denotar que, no novo contexto, foi eliminado o suposto confronto da obra com as edificações do entorno, conforme a artista propunha em Nova York, não havendo qualquer contradição entre *Wheatfield* e o empreendimento em Milão no qual a obra se inseriu como um espetáculo à serviço da ordem econômica.

No plano do real, no universo empírico e do observável, é o reconhecimento de que é a atividade imobiliária da incorporação que tem suscitado os maiores lucros nos segmentos produtivos e, por isso, é ela que se põe como o local (a cidade, o urbano, a metrópole) e o global (o grande capital financeirizado que percorre livremente o mundo quase sem identidade). (Santos, 2015, p.38)

Percebemos que um outro contexto temporal pode trazer a possibilidade de repensar uma ação artística mediante a sua reativação e, retornando ao nome da exposição Canteiro de Obras #1, em meio às diversas dúvidas que o trabalho *Vingar / Eugenia uniflora* suscita, a partir de outra configuração de espaço que o trabalho foi inserido, nos fez repensar o próprio trabalho considerando que tal ação pode ser disparadora de reflexão sobre a complexidade das dinâmicas nas cidades contemporâneas. Ao buscarmos a etimologia de *uniflora* encontramos que a palavra deriva do latim¹², indicando uma única flor (espécies vegetais que têm apenas uma única flor em cada pedúnculo). Na medida em que os terrenos são licenciados, e



invariavelmente ao suprimir vegetação se faz necessário uma política de “remanejamento compensatório” de flora, entendemos que ao olhar para esse processo de construção da cidade como negócio, visto que nesses terrenos licenciados haverá “florescimento de concreto”, os empreendimentos imobiliários de grandes proporções implantados definem a paisagem da cidade ao mesmo tempo em que essas reposições arbóreas se tornam mais outro negócio. Em relação à fauna, haveria um remanejamento compensatório dos animais que são dispersados desses terrenos?

No contexto atual, em nossa escrita e, a partir da reflexão do trabalho de Denes que nos faz pensar sobre O Ato de Implantar, o que seria arte pública na contemporaneidade e qual mundo possível ainda seria possível pensar como alternativo à essa Cidade como Negócio (Imagem 7)?



Imagem 7. Obras. Porto Alegre, 2024. Créditos: Acervo Ecomuseu Urbano.

Referências

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana. São Paulo: Martins Fontes, 2014



LEFEBVRE, Henri. O direito à cidade. São Paulo: Centauro, 2001

LEFEBVRE, Henri. Espaço e política: O direito à cidade II. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016

SANTOS, C. Do lugar do negócio à cidade como negócio. In: CARLOS, F. *et al* (orgs). A cidade como negócio. São Paulo: Contexto, 2015

TRAQUINO, Marta. "As sementes foram plantadas à mão". In: *CIDADES*, 34, 2017.

Disponível em: <http://journals.openedition.org/cidades/411>. Acesso em: 11 de maio de 2025.

Notas

¹ Artista. Prof. do Depto. de Artes Visuais e PPGAV/IA/UFRGS. Doutora em Arte Público y Poéticas Visuais - Universidad Politécnica de Valencia (Espanha) e Universidade Federal do Rio Grande do Sul (co-tutela). Líder do Grupo de Pesquisa CNPq Poéticas da Participação. Membro da ANPAP. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-1312-6203>

² Artista. Formado em Produção Audiovisual PUC/RS, Mestre em Poéticas Visuais/PPGAV/UFRGS, Doutorando/PPGAV/UFRGS, linha de pesquisa Linguagens e Contexto de Criação. Participante do Grupo de Pesquisa CNPq Poéticas da Participação. Recebeu o prêmio "Lawrence Kasdan Award for Best Narrative Film, (Oscar Award Qualifying), no 57 Ann Arbor Film Festival e Melhor Direção no FestUni do 51 Festival de Brasília do Cinema Brasileiro. ORCID: <https://orcid.org/0009-0003-9153-5456>

³ Ecomuseu Urbano se constitui como experiência em arte contemporânea iniciada em 2021, na cidade de Porto Alegre, Rio Grande do Sul. Denominada como incursão existencial por Cláudia Zanatta e Vado Vergara, artistas propositores, o Ecomuseu Urbano tem se manifestado por meio de instalações, audiovisual, escritos, ações artísticas, plantios, entre outras atividades que ocorrem em espaços públicos ou privados.

⁴ Canteiro de Obras #1 foi uma exposição realizada em março de 2024 no Remanso Instituto Cultural, com curadoria de Guilherme Mautone, Guilherme Leon e Caroline Ferreira. Informações sobre o evento disponíveis em: <https://www.remanso.org.br/canteiro-de-obras-1>

⁵ Artigo sobre o assunto encontra-se disponível em: ZANATTA, Cláudia; BORGES, Osvaldo. Ecomuseu Urbano: O Ato de Implantar. DOI: 10.29327/33-encontro-nacional-da-anpap-vidas-421945.844725

⁶ Dados provenientes de reportagem de 02 de outubro de 2024. Jornal Sul21

Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2024/10/02/melo-fez-o-menor-investimento-em-habitacao-popular-dos-ultimos-20-anos-em-porto-alegre/> Acesso em 10/05/2025 Acesso em 12/04/2025.

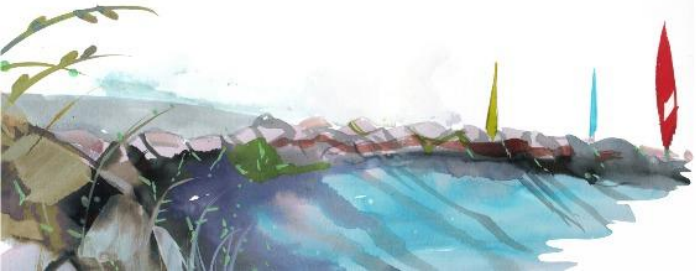
⁷ O projeto compreende outras áreas como Cais Mauá, trechos 1 e 2 da orla do Guaíba, região dos prédios administrativos entre as avenidas Ipiranga e Borges de Medeiros, o Largo Zumbi dos Palmares, o Parque da Redenção, e parte do bairro Bom Fim, compreendida entre a Rua Garibaldi e o Centro, incluindo a Rodoviária.

⁸ "O programa não estabelece altura máxima, ou seja, pode extrapolar o limite do Plano Diretor - de 52 metros (cerca de 18 andares). Cada quarteirão será regulamentado considerando características, como padrão volumétrico ou das calçadas. A consolidação dos gabaritos (combinação entre altura e volumetria) se dará por quarteirão, priorizando o padrão existente, alinhamento frontal em relação aos imóveis próximos, isenção de recuo lateral e de fundos, respeito condições de habitabilidade (insolação, iluminação e ventilação). A definição de gabaritos por quarteirão pode partir dos interessados, passando pelo crivo do município. Fonte: que tramitava na Câmara Municipal como Projeto de Lei Complementar Nº 23/2021." Fonte: https://www.jornaldocomercio.com/colunas/pensar_a_cidade/2021/10/815307-plano-diretor-no-centro-o-que-esta-em-discussao.html Acesso em 20/05/2025.

⁹ Fonte: https://www.jornaldocomercio.com/contendo/colunas/pensar_a_cidade. Acesso em: 19/04/2025

¹⁰ Fonte: [https://www.jornaldocomercio.com/colunas/pensar-a-cidade/2025/05/1202121-nova-altura-maxima-para-predios-em-porto-alegre-sera-de-130-metros-no-centro.html#:~:text=Agora%20os%20limites%20de%20altura,52%20metros%20\(18%20andares\)](https://www.jornaldocomercio.com/colunas/pensar-a-cidade/2025/05/1202121-nova-altura-maxima-para-predios-em-porto-alegre-sera-de-130-metros-no-centro.html#:~:text=Agora%20os%20limites%20de%20altura,52%20metros%20(18%20andares)) Acesso em 10/05/2025.

¹¹ "O Golden Lake resgata os prazeres da vida de bairro. Aqui, as crianças podem brincar livres, tudo é feito a pé e a segurança se torna um sentimento perene. Sinta-se abraçado pelo paisagismo deslumbrante, com mais de duzentas e cinquenta árvores replantadas, e descubra a vida que existe em cada canto do bairro através de uma estrutura única e inédita" seu mundo à parte." Informação extraída do site sobre o empreendimento disponível em <https://bairrogoldenlake.com.br>. Acesso em 10/05/2025.



extremos

34° Encontro Nacional *anpap*® FURG Rio Grande/RS

¹² Giselle Beiguelman, importante pesquisadora brasileira, em seu texto *Botannica Tirannica: da genealogia do preconceito às possibilidades de um ecossistema errante* analisa, conforme resumo disponibilizado pela autora, “a relação entre a ciência hegemônica, a botânica clássica e o imaginário colonialista elaborado nas formas de dominação da natureza e suas projeções nas tecnologias contemporâneas”. Para aprofundar o assunto remetemos a/o leitor/a ao texto citado acima. Disponível em: <https://climacom.mudancasclimaticas.net.br/botannica-tirannica/>. Acesso em: 13/05/2025.